

“O resto é drag”: um estudo acerca da subversão da identidade das mulheres nos feminismos

“El resto es drag”: um estudo acerca da subversão da identidade das mulheres nos feminismos

“The rest is drag”: a study about the subversion of women’s identity in feminisms

Débora Passos de Oliveira
Milena Beatriz Fernandes Muraro

Resumo: Aqui, o objetivo é examinar os feminismos subvertendo a identidade do sujeito feminista, desconstruindo, assim, o conceito de gênero. A metodologia consiste em pesquisa qualitativa, bibliográfica e revisão narrativa. Desde a primeira onda, o movimento feminista se estrutura de acordo com as demandas que surgem. Porém, os modos de ser e tornar-se mulher não são mais os mesmos, assim, procurou-se entender como alguns seres se tornam e são mulheres, pois há sistemas de poder que ditam o que devemos e o que não devemos ser. Tais mecanismos decidem quem merece ou não viver. Dessa forma, alguns corpos se tornam abjetos e precisam resistir. Dessa forma, procurou-se defender feminismos que intercedam não apenas pelas mulheres normativas, mas por todos que tenham sua alteridade negada.

Palavras-chave: Feminismo. Gênero. Identidade. Mulher. Subversão.

Resumen: Aquí, el objetivo es examinar los feminismos subvirtiendo la identidad del sujeto feminista, desconstruyendo, así, el concepto de género. La metodología consiste en una investigación cualitativa, bibliográfica y revisión narrativa. Desde la primera ola, el movimiento feminista se estructura de acuerdo con las demandas que surgen. Sin embargo, los modos de ser y tornarse mujer no son más los mismos, así se buscó entender cómo algunos seres se tornan y son mujeres, pues hay sistemas de poder que dictan lo que debemos y lo que no debemos ser. Dichos mecanismos deciden quién merece o no vivir. De esa manera, algunos cuerpos se tornan abyectos y necesitan resistir. Así, se buscó defender feminismos que intercedan no solo por las mujeres normativas, pero también por todos que tengan su alteridad negada.

Palabras clave: Feminismo. Género. Identidad. Mujer. Subversión.

Abstract: Here, the goal is to examine feminisms by subverting the identity of the feminist subject, thus deconstructing the concept of gender. The methodology consists in a qualitative research, bibliographical research and narrative review. From the first wave, the feminist movement structures itself according to the demands that arise. However, the ways of being and becoming women are no longer the same, so we tried to understand how some beings become and are women, because there are systems of power that dictate what we should and should not be. Such mechanisms decide who deserves or does not live. In this way, some bodies become abject and need to resist. Thus, we sought to defend feminisms that intercede not only for normative women, but for all who have their otherness denied.

Keywords: Feminism. Gender. Identity. Woman. Subversion.

Débora Passos de Oliveira – Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC, professora do curso de Psicologia da Universidade de Fortaleza – UNIFOR. E-mail: deborapassosoliveira@gmail.com

Milena Beatriz Fernandes Muraro – Psicóloga formada pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. E-mail: muraromilena@gmail.com

INTRODUÇÃO

É possível pensar em feminismos que defendam várias identidades além da identidade da mulher normativa? E por que não pensar nas possibilidades plurais dentro dos feminismos? Há outros questionamentos que englobam essa discussão, por exemplo: o que é uma mulher? O que é gênero? Por que existe um discurso cristalizado e normativo em torno do gênero?

Mas o que é o feminismo? Uma definição formal que podemos encontrar no dicionário afirma que o feminismo é a “doutrina ou movimento em favor da ampliação e valorização do papel e dos direitos das mulheres na sociedade” (HOUAISS; VILLAR; FRANCO, 2015, p. 449). Presume-se, dessa informação, que existem apenas os gêneros feminino e masculino, e encerra-se a discussão aí, como se a cisgeneridade fosse a única identidade de gênero que acomete os seres humanos. A questão é que se acredita que o nosso gênero é definido de acordo com o sexo. Uma fêmea, anatomicamente, nasce com uma vagina, um útero, é capaz de gerar e parir filhotes, entre outras ocupações que a biologia declara que as fêmeas humanas são responsáveis. A mesma lógica é usada para os machos da nossa espécie: anatomicamente são machos porque nascem com um pênis, “essa excrescência, esse frágil caule de carne”, como afirma Beauvoir (2016a). E não somente as questões anatômicas denominam o gênero, segundo a normatividade: as roupas, o jeito de andar, a fala, o tamanho do seu cabelo, sua profissão, entre vários outros fatores são responsáveis por definir a que gênero um indivíduo pertence. Para Beauvoir (2016a), é por meio do contexto ontológico, econômico, social e psicológico que vamos esclarecer os dados biológicos, pois a humanidade não é uma espécie natural, é uma ideia histórica, e o ser humano toma consciência de si mesmo enquanto corpo submetido a tabus e leis. É em nome de valores que nos valorizamos, e não é a fisiologia que cria esses valores (BEAUVOIR, 2016a).

Para Butler (2017), a identidade do sujeito feminista (mulheres) não deve ser o fundamento da política feminista, pois a constituição do sujeito, tanto enquanto homem quanto enquanto mulher, é perpassada por um campo de poder que forma, define e reproduz o sujeito de acordo com suas próprias exigências. Esse sujeito é produzido por práticas que excluem e legitimam, o que faz com que as operações dessas práticas políticas sejam ocultas e naturalizadas. Junto à afirmação de Butler, temos, também, algo interessante sobre a língua:

A língua, com sua estrutura, suas práticas e suas convenções, é a expressão mais importante da herança simbólica que o sujeito recebe ao nascer, independente de qualquer possibilidade de escolha. A língua, e não a linguagem, é a mais rigorosa manifestação da Lei (KEHL, 2016, p. 19).

Ou seja, a língua está carregada de símbolos, representações formadas ao longo dos tempos para normatizar conceitos. Essa ideia pode ser levada para a discussão de gênero no âmbito da exclusão e da legitimação, também porque, para Kehl, a língua é a manifestação mais rigorosa do que representa a Lei, e a Lei (o Outro da psicanálise) afirma que existem apenas dois gêneros que se findam na anatomia. Nesse caso, a biologia seria o destino.

Ainda para Butler (2017), o gênero nem sempre se constituiu de forma coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, além disso, essa temática perpassa as modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Perpassando por essas várias modalidades, surgem as três ondas dos feminismos e as correntes feministas

que se originaram dessas ondas: feminismo negro, feminismo radical, feminismo *queer*, feminismo interseccional, feminismo marxista, feminismo liberal, feminismo amazona, feminismo cibernético, ecofeminismo, feminismo materialista, feminismo do terceiro mundo, entre outras. Todas essas vertentes fazem parte da história e constituição dos feminismos no mundo, cada uma, à sua maneira, explica a posição da mulher em diferentes aspectos.

As mulheres, há muito tempo, têm sido consideradas o Outro do Mesmo. Sendo sempre definidas em relação aos homens e através do olhar deles, conseqüentemente, sua singularidade era negada. A biologia não é apenas uma ciência, mas também um campo de poder utilizado para normatizar e naturalizar práticas, como é o caso do sexismo biológico: as mulheres são consideradas inferiores por terem útero, ovários e vagina.

A feminilidade foi uma criação de séculos anteriores para ditar como as mulheres deveriam se comportar para agradar e estimular a virilidade nos homens, além de promover não o casamento entre a mulher e o homem, mas o casamento entre a mulher e o lar, confinando-a, assim, em uma vida doméstica eterna, sem possibilidades plurais. Além disso, só seria considerada mulher de verdade a mulher que tivesse, em seu comportamento, a feminilidade.

Já a problematização sobre sexo, gênero e desejo afirma que existe uma conformidade entre esses três aspectos, uma normatização criada pelos mecanismos de poder que afirma que o ser que nasce fêmea é necessariamente mulher e heterossexual. Porém, a desconstrução proposta por este trabalho afirma que o ser que nasce fêmea não necessariamente se tornará uma mulher ou será heterossexual. Sexo, gênero e desejo são aspectos completamente diferentes na vida de um ser humano fora da norma. Além disso, essa discussão é utilizada para subverter a identidade do sujeito feminista.

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo analisar os feminismos desconstruindo a noção de sujeito feminista unificado, por meio da análise do que a teoria feminista argumentava ser a mulher em seu início, a construção da feminilidade como uma forma de trazer um exemplo do que os sistemas de poder normatizam no comportamento das mulheres e a subversão do que é designado como sendo sexo, gênero e desejo.

Foram utilizados artigos e revistas que contemplam o tema pesquisado e autores que comentam os marcos teóricos do presente trabalho, como é o caso de alguns artigos da Revista *Cult* escritos por Djamila Ribeiro, Carla Rodrigues, Marcia Tiburi e Guacira Lopes Louro (todas servindo como base para entender os autores aqui utilizados); um artigo científico da autora Djamila Ribeiro (2013), *Para além da biologia: Beauvoir e a refutação do sexismo biológico*; o artigo, *Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e “a questão do sujeito” na teoria crítica feminista*, de Ingrid Cyfer (2015); e o guia técnico *Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e termos* (2012), de Jaqueline Gomes de Jesus (2012).

Sobre os principais marcos teóricos, foram contemplados: *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir (2016); *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*, de Judith Butler (2017); e *Deslocamentos do feminino: A mulher freudiana na passagem para a modernidade*, de Maria Rita Kehl (2016). A escolha por Simone de Beauvoir se aplica, aqui, em razão de ser uma autora que discute a posição das mulheres na sociedade. *O segundo sexo* é uma obra de estudo sociológico muito importante para os feminismos e um marco para o início da teoria feminista, apesar de não contemplar todas as identidades de mulheres existentes, pois centra-se mais na mulher branca europeia. Maria Rita Kehl questiona a feminilidade atribuída às mulheres desde inícios do século XVIII por meio da psicanálise, afirmando que essa mesma feminilidade sempre produziu adoecimento nas mulheres.

Judith Butler vem trazer uma discussão que faz parte da terceira onda do feminismo e continua bastante atual com o pós-feminismo: ela questiona a identidade do sujeito feminista, o que muitas vezes é visto como um trabalho que se aproxima da teoria *queer*.

METODOLOGIA

Aqui, a metodologia consiste em pesquisa qualitativa de cunho teórico, bibliográfica e revisão narrativa de literatura. A pesquisa qualitativa geralmente responde questões particulares e se preocupa com a realidade que não pode ser quantificada, ou seja, trabalha com os significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que equivale a um espaço mais marcado pelas relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos a variáveis (MINAYO, 2001), o que se encaixa perfeitamente na temática deste trabalho, pois, além de não haver métodos quantitativos na composição deste, foi estudada uma questão que diz respeito aos fenômenos subjetivos de determinados indivíduos, os quais são citados aqui como corpos abjetos.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa é uma abordagem que se aprofunda “no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (p. 22). Porém, é importante ressaltar que a pesquisa qualitativa não se opõe à pesquisa quantitativa, pelo contrário, elas se complementam, pois a realidade captada por ambas as abordagens de pesquisa interage de forma dinâmica (MINAYO, 2001).

A pesquisa bibliográfica é um tipo de pesquisa exploratória, a qual normalmente ocorre quando não há muito conhecimento sobre o tema abordado, e busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, para torná-lo mais claro ou construir questões importantes para o trabalho (RAUPP; BEUREN, 2006). Nesse mesmo tipo de pesquisa, há o intuito de apresentar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito ou constituindo hipóteses; a pesquisa bibliográfica é feita com base em materiais já elaborados, como é o caso dos livros e artigos científicos (GIL, 2009). Tais recursos foram bastante utilizados na composição do presente trabalho, como é o caso de, em relação aos livros, *O segundo sexo* (de Simone de Beauvoir), *Deslocamentos do feminino: A mulher freudiana na passagem para a modernidade* (de Maria Rita Kehl) e *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (de Judith Butler). Essas obras, de grande importância para a temática abordada, não serviram apenas para expor a problemática deste trabalho, mas, também, para aprofundar a mesma, de modo que as autoras se complementam de uma forma brilhante, tratando de assuntos como a feminilidade, gênero, identidade, sexo, mulheres etc. Os artigos citados anteriormente, como os da Revista *Cult*, tiveram fundamental importância em se tratando de compreender melhor os livros já mencionados, por, de fato, serem obras com um vocabulário bastante acadêmico e não muito acessível para estudantes que iniciaram seus estudos nos feminismos e nas questões de gênero recentemente, apesar de serem trabalhos que datam de anos.

Um dos muitos objetivos da pesquisa de cunho bibliográfico é recolher informações e conhecimentos prévios sobre um problema que se procura resposta ou sobre uma hipótese que se quer experimentar, e, por ser de natureza teórica, a pesquisa bibliográfica é obrigatória, tendo em vista que tomamos conhecimento sobre a produção científica existente por meio dessa abordagem de pesquisa (RAUPP; BEUREN, 2006).

O material consultado na pesquisa bibliográfica abrange todo referencial já tornado público em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas,

boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses, entre outros. Por meio dessas bibliografias reúnem-se conhecimentos sobre a temática pesquisada. Com base nisso é que se pode elaborar o trabalho monográfico, seja ele em uma perspectiva histórica ou com o intuito de reunir diversas publicações isoladas e atribuir-lhes uma nova leitura. (RAUPP; BEUREN, 2006, p. 87).

Segundo Gil (2009), “os livros constituem as fontes bibliográficas por excelência” (p. 44). São divididos em livros de leitura corrente ou de referência. Os livros de leitura corrente, utilizados nesta pesquisa, englobam obras de diversos gêneros literários e também as obras de divulgação, que são obras que proporcionam conhecimentos científicos ou técnicos; os de referência possibilitam uma rápida obtenção de informações requeridas ou a localização das obras que as contêm (GIL, 2009). Aqui, foram bastante contempladas as obras de divulgação, mencionadas acima.

Já a revisão narrativa de literatura se caracteriza por se encaixar em vastas publicações, é adequada para descrever e discutir certo tema sob um ponto de vista teórico ou contextual, sendo constituída, principalmente, de análise da literatura publicada em livros, artigos de revistas impressas e/ou eletrônicas, de modo que a análise crítica pessoal do autor também é considerada (ROTHER, 2007). É julgada apropriada para fundamentar teoricamente artigos, dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso (BIBLIOTECA, 2015), como é o caso aqui. Mais uma vez, lembro os artigos e livros utilizados para compor a teoria deste trabalho.

As bases de dados utilizadas foram *Google Acadêmico* e *SciELO*, sendo, também, aproveitado o buscador *Google*. No *Google Acadêmico*, um dos artigos foi direcionado para as páginas da *SciELO*, *Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e “a questão do sujeito” na teoria crítica feminista*, de Cyfer. O restante dos artigos tirados da *SciELO* foram encontrados no *Google*, o qual sempre redirecionava os trabalhos para página já mencionada¹.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No *Destino*, primeira parte do primeiro volume da obra *O segundo sexo*, Beauvoir (2016a) argumenta que a biologia, a psicanálise e o materialismo histórico não explicam o que é ser mulher. A biologia confina a mulher em seu sexo e o homem procura, na própria biologia, uma justificativa para sua hostilidade para com esse outro ser. Beauvoir (2016a) afirma que “a separação dos indivíduos em machos e fêmeas surge, pois, como um fato irreduzível e contingente” (p. 33). Por ter útero e ovários, a mulher é considerada inferior, em termos políticos, morais e até mesmo intelectuais. Essas significações colocam o ser mulher em lugar de desvalorização permanente perante os homens (RIBEIRO, 2013).

O termo ‘fêmea’ é pejorativo não porque enraíza a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo. E se esse sexo parece ao homem desprezível e inimigo, mesmo nos bichos inocentes, é evidentemente por causa da inquieta hostilidade que a mulher suscita ao homem; entretanto, ele quer encontrar na biologia uma justificação desse sentimento (BEAUVOIR, 2016a, p. 31).

¹ Este trabalho fez parte de um trabalho final de curso desenvolvido e concluído entre os meses de fevereiro e maio de 2018.

Ou seja, utiliza-se a biologia como base para a dominação da mulher. O sentido político, nesse caso, se dá porque a diferença biológica produz uma desigualdade que não é simples e unicamente biológica. Porém, os dados da biologia se comprometem, pois a perspectiva existencialista utilizada por Beauvoir afirma que nenhum ser é aquilo que é, nada é absolutamente fixo, tudo é capaz de se transformar em algo novo, ser fluido (RIBEIRO, 2013). Todas as afirmações que unem um vago naturalismo a uma ética ou a uma estética, que são mais vagas ainda, são ilusões (BEAUVOIR, 2016a).

Beauvoir (2016a) afirma, ainda, que “a mulher não é uma realidade imóvel, e sim um vir a ser; é no seu vir a ser que se deveria confrontá-la com o homem, isto é, que se deveria definir suas possibilidades” (p. 62).

Não é enquanto corpo, é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza. E, diga-se mais uma vez, não é a fisiologia que pode criar valores. (BEAUVOIR, 2016a, p. 64).

Portanto, é pelo contexto ontológico, econômico, social e psicológico que explicamos os dados da biologia, pois, mais uma vez, o corpo biológico de uma fêmea torna-se mulher a partir da cultura (RODRIGUES, 2015), e não de regras até então tidas como naturais, como a própria autora afirma em suas palavras:

É, portanto, à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que teremos de esclarecer os dados da biologia. A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o *Outro*? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana (BEAUVOIR, 2016a, p. 65).

Partindo do questionamento de Beauvoir sobre o ser mulher se constituir como o *Outro*, a autora afirma que a mulher foi reduzida a esse lugar (de *Outro* do homem), sendo excluída do conceito aparentemente neutro e universal de o que é ser humano (RODRIGUES, 2015). Ser humano, nesse caso, abarcaria apenas os seres que nascem machos e legitimaria a ideia de uma humanidade universal, colocando a mulher no lugar de apenas aquela que não é homem.

Segundo Ribeiro (2015), a relação que os homens têm com as mulheres é de submissão e dominação, além disso, o ser mulher não seria definido em si mesmo, mas em relação ao homem e através do olhar dele, que confina as mulheres em um papel de submissão, e carrega conteúdos hierarquizados. É esse olhar que funda a categoria do *Outro* em Beauvoir. “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o *Outro*” (BEAUVOIR, 2016a, pp. 12-13). Tal categoria é antiga e comum. Em antigas mitologias e sociedades primitivas, já se encontrava a dualidade entre o Mesmo e o *Outro*.

A categoria do *Outro* é tão original quanto a própria consciência. Nas mais primitivas sociedades, nas mais antigas mitologias encontra-se sempre uma dualidade que é a do Mesmo e do Outro. A divisão não foi estabelecida inicialmente sob o signo da divisão dos sexos, não depende de nenhum dado empírico: é o que se conclui, entre outros, dos trabalhos de Granet sobre o pensamento chinês, de Dumézil sobre as Índias e Roma. Nos pares Varuna-Mitra, Urano-Zeus, Sol-Lua, Dia-Noite, nenhum elemento feminino se acha implicado a princípio; nem tampouco na oposição do Bem e Mal, dos princípios fastos e nefastos, da direita e da esquerda, de Deus e Lúcifer; a alteridade é uma categoria fundamental do pensamento humano. Nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si (BEAUVOIR, 2016a, p. 13).

Beauvoir entende que a mulher não é definida em sua originalidade, mas sempre em comparação ao homem e em detrimento dele; é vista e marcada pelo olhar masculino que é tomado por um caráter absoluto e sem reciprocidade; está intrincada na má-fé dos homens que a cobiçam como um objeto, o que se caracteriza como um dos maiores crimes: essa destituição da humanidade de outro ser humano (RIBEIRO, 2015).

O Outro é, então, no caso das mulheres, não um ser dotado de sua própria singularidade ou alteridade, é algo criado para ser submisso e dominado às vontades do Mesmo (os homens), desvalorizando sua condição de ser humano. O Outro é definido pelos homens através do olhar deles e, assim, seriam impostas várias características e comportamentos a esse ser (como é o caso da feminilidade) para suprir as necessidades do Mesmo. Sobre isso, Kehl afirma:

Nisso, [. . .] a feminilidade é um conjunto de atributos que a mulher precisa oferecer ao homem para sustentar, *nele*, a virilidade. Doçura, passividade, pudor sexual, certa inocência, uma disposição a servir e uma boa dose de espírito maternal são características que a educação precisa *desenvolver* nas mulheres, a fim de que elas se transformem em parceiras que não ameacem a masculinidade dos homens, tornando-se capazes de, ao mesmo tempo, domesticar e incentivar a sexualidade masculina (KEHL, 2016, p. 147).

Kehl (2016) afirma, ainda, que a família nuclear e o lar burguês criaram um padrão de feminilidade que sobrevive até os dias de hoje e tem duas funções: promover o casamento não entre a mulher e homem, mas entre a mulher e o lar; e a adequação entre a mulher e o homem a partir de uma posição feminina que sustentasse a virilidade do homem, como afirmado anteriormente. Importante ressaltar que os discursos constituidores da feminilidade tradicional fazem parte do imaginário social moderno, difundidos pela educação formal, pelas expectativas parentais, pelo senso comum, pela religião e pela grande produção científica e filosófica da época (sistemas de poder), que instituiu o que as mulheres deveriam ser para serem mulheres de verdade (KEHL, 2016).

Dessa forma, Beauvoir (2016a) conclui que é essa ambivalência do Outro que se refletirá na história e permanecerá, até os nossos dias, submetida à vontade dos homens, uma vontade ambígua que se expressa na dúvida do Mesmo de como fazer de sua esposa uma serva e uma companheira ao mesmo tempo. Tal atitude evoluirá através dos séculos, o que ocasionará, também, na evolução do destino feminino.

As *qualidades* impostas às mulheres enquanto Outro são exaltadas e perpassadas durante os tempos pelas sociedades como definitivas, destinos a serem seguidos. Dessa forma, com a fixação das mulheres em um lugar, o mundo não é a elas apresentado como deveria ser a todo indivíduo, com todas as suas possibilidades, o que faz com que haja frustração do projeto humano de autoafirmação e criação. Como essa condição é radicalmente diferente da dos homens, a ultrapassagem se torna mais difícil. Assim, tais definições, além das hierarquias sobre as mulheres, tornam-se opressões no campo político, problemas sociais e de saúde pública (RIBEIRO, 2015).

A desnaturalização do gênero feita por Beauvoir rompe com a visão determinista biológica, esclarecendo que os valores e comportamentos do ser que nasce fêmea são meras construções sociais (RIBEIRO, 2015), além de nos mostrar como a diferença sexual funciona como uma estrutura hierárquica nas relações sociais (RODRIGUES, 2015). Todavia, apesar de os estudos de Beauvoir serem de extrema importância, sua obra não explica a origem exata de onde viriam essas construções sociais. Além disso, esse importante estudo sociológico foca em um grupo de mulheres específicas: as mulheres brancas europeias. Portanto, não se pode afirmar que a obra de Beauvoir contempla todos os grupos de mulheres existentes, como é o caso das mulheres negras, indígenas, pobres, asiáticas, mulheres transgêneros, operárias, trabalhadoras, bissexuais, etc. (RIBEIRO, 2015).

A discussão sobre o ser mulher não é atual de forma alguma, como podemos ver. Muitos podem pensar que esse debate pode ter se iniciado com a publicação da obra de Beauvoir, porém, não, ele sempre existiu. No primeiro capítulo da obra de Kehl (2016), *Deslocamentos do feminino*, a autora faz um estudo sobre como surgiu a feminilidade no século XVIII e como essa concepção se alastrou até os dias de hoje, passando pelo século XIX e deixando sequelas nas mulheres dessa época, as histéricas, pela cobrança de uma feminilidade obrigatória e repressão da sexualidade nos seres humanos que nasciam fêmeas.

A cultura europeia dos séculos XVIII e XIX produziu uma quantidade inédita de discursos cujo sentido geral foi promover uma perfeita adequação entre as mulheres e o conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominado *feminilidade*. A ideia de que as mulheres formariam um conjunto de sujeitos definidos a partir de sua natureza, ou seja, da anatomia e suas vicissitudes, aparece nesses discursos em aparente contradição com outra ideia, bastante corrente, de que a “natureza feminina” precisaria ser domada pela sociedade e pela educação para que as mulheres pudessem cumprir o destino ao qual estariam naturalmente designadas (KEHL, 2016, p. 40).

O discurso massivo e insistente de pensadores e cientistas de que o único lugar digno para a mulher seria o lar e que sua tarefa mais inestimável seria a maternidade, cuja preparação foi dada pela natureza, pode ser visto, atualmente, como o início de uma desordem social esboçada no século XVII e que se tornou muito mais evidente no fim do século XVIII, época na qual a Revolução Francesa destruiu os limites que, no Antigo Regime, separavam a esfera pública da vida privada (KEHL, 2016).

Então, com a chegada da Revolução Francesa, a participação das mulheres nesse fato histórico foi evidente. Tal participação tem origem nos ideais de emancipação feminina do Antigo Regime, estimulados indiretamente pelas ideias filosóficas do Iluminismo, no qual a valorização da autonomia do sujeito, liberto dos grilhões da religião, atingia igualmente as mulheres, e não ecoavam somente entre as francesas (KEHL, 2016).

O que está querendo se expor, por meio da discussão sobre a feminilidade, é que a luta pela emancipação das mulheres não é atual, é muito antiga, existe há séculos. A criação da feminilidade em séculos anteriores pelos homens (que comandam os mecanismos de poder) foi uma mola propulsora para que alguns problemas fossem percebidos e escancarados. Exemplo disso, como explicitado anteriormente, foi a histeria das mulheres dos séculos XIX e XX que ajudou Freud a criar a psicanálise. As mulheres possuíam sintomas histéricos (até hoje possuem) causados por opressões e obrigações impostas a elas, principalmente pela repressão da sexualidade. Kehl (2016) afirma que a modernidade não “foi o primeiro e único período da história da humanidade em que a relação entre as mulheres e a feminilidade se desestabilizou” (p. 50). A autora afirma, ainda, que “essas estruturas vêm sendo constantemente construídas e abaladas, reconstruídas e novamente desestabilizadas ao longo da história” (p. 50).

Partindo dos estudos de Butler (2017), a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida, a categoria das mulheres, que deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de seu próprio discurso e constitui o sujeito em nome de quem a representação política é almejada. Por um lado, a representação serve para estender visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos; por outro lado, a representação é a função normativa de uma linguagem que revela ou distorce o que é tido como verdadeiro sobre as mulheres (BUTLER, 2017).

Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representar as mulheres pareceu necessário, com a finalidade de promover a visibilidade política das mesmas. Isso parecia importante, considerando a condição cultural na qual a vida das mulheres era mal representada ou, simplesmente, não representada. O próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes. Os domínios da representação política e linguística estabeleceram o critério que os próprios sujeitos são formados, assim, a representação só se estende ao que pode ser reconhecido como sujeito. Ou seja, as qualificações do ser sujeito têm que ser atendidas para que a representação possa ser expandida (BUTLER, 2017).

Os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que, posteriormente, passam a representar. As noções jurídicas de poder regulam a vida política em termos negativos, ou seja, por meio da limitação, proibição, regulamentação, controle e, até mesmo, *proteção* dos indivíduos relacionados à certa estrutura política, mediante uma ação contingente e retratável de escolha. Porém, como estão adestrados, os sujeitos regulados por tais estruturas são formados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências dela.

A formação jurídica da linguagem e da política que representa as mulheres como o sujeito do feminismo é uma formação discursiva, e efeito de uma versão política representacional. Dessa forma, o sujeito feminista é, na verdade, constituído discursivamente pelo próprio sistema político que deveria facilitar sua emancipação, o que seria politicamente problemático, se fosse possível demonstrar que esse sistema produz sujeitos com traços de gênero determinados em conformidade com um eixo diferencial de dominação, ou os produz presumivelmente masculinos (BUTLER, 2017).

O sujeito é uma questão crucial para a política, particularmente para a política feminista, pois os sujeitos jurídicos são produzidos por práticas de exclusão que não aparecem, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política. Isto é, a construção política do sujeito se dá de acordo com certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. O poder jurídico produz o que alega representar; conseqüentemente, a política tem que se preocupar com essa fun-

ção dual do poder: jurídica e produtiva. A lei produz e depois oculta a noção de *sujeito perante a lei*, legitimando a própria hegemonia reguladora perante a lei. A crítica feminista também tem responsabilidade em compreender como a categoria das mulheres, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder das quais se busca a emancipação (BUTLER, 2017).

Butler (2017) afirma, ainda, que há também um problema político que o feminismo encontra no qual o termo *mulheres* denota uma identidade comum. Não existe um significante estável que comanda o consentimento da descrição e da representação das mulheres. E nem deve existir.

Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da ‘pessoa’ transcendem a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (BUTLER, 2017, p. 21).

Diante da discussão sobre os mecanismos de poder, entende-se que o feminismo criou um sujeito que o representa, o sujeito do feminismo: as mulheres. As práticas dos mecanismos de poder criam representações, identidades, afirmam o que é verdadeiro e o que é falso. O feminismo também se encontra enraizado nesse sistema que legitima, naturaliza e exclui identidades, sendo que o próprio movimento também procura desconstruir preconceitos, estereótipos e estigmas sobre as mulheres.

Sendo assim, segundo Butler (2017), a teoria feminista está presa a uma identidade que os sistemas de poder criaram, os mesmos sistemas de poder que aprisionaram as mulheres. Além disso, o problema político da identidade comum parece denotar a existência de um sujeito estável que representa todas as mulheres do mundo, ignorando as esferas raciais, classistas, étnicas, sexuais, regionais etc. Nas palavras de Cyfer (2015, p. 45):

Butler [. . .] sustenta que as noções jurídicas de poder que definem proibições, o incorreto e a exclusão não regulam a vida política apenas em termos negativos. Elas também produzem o padrão correto, os critérios de inclusão e inteligibilidade. Assim, os sujeitos não são apenas oprimidos ou regulados por essas normas, eles são também seu produto.

Dessa forma, a crítica feminista se encontra em um paradoxo, uma vez que a *mulher universal* representada pelo feminismo é, igualmente, um produto dos sistemas de poder que enfrenta (CYFER, 2015).

Há uma divisão que se introduz no sujeito feminista por meio da distinção entre sexo e gênero. Tal distinção, como afirma Butler (2017), foi concebida para questionar a concepção de que a biologia é o destino, e supõe que, apesar de o sexo ser intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: por consequência, o gênero não é resultado do sexo nem tão fixo a ele ou quanto ele. Dessa forma, para Butler (2017), se o gênero é uma constituição cultural assumida pelo corpo sexuado, não se pode afirmar que ele se origina de um sexo de alguma forma. Assim, a distinção entre sexo e gênero sugere uma ruptura radical entre os corpos sexuados e os gêneros culturalmente construídos. Nas próprias palavras de Butler (2017, p. 26):

Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de ‘homens’ se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo ‘mulheres’ interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição . . . não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois.

A hipótese de uma binaridade dos gêneros encerra implicitamente a crença em um mimetismo entre gênero e sexo, em que o gênero reflete o sexo ou é restrito por ele. Então, quando o gênero é teorizado como independente do sexo, o próprio gênero se torna flutuante, fluido. Consequentemente, homem e masculino podem significar tanto um corpo feminino quanto um masculino, e mulher e feminino podem significar tanto um corpo masculino quanto um feminino (BUTLER, 2017). A exemplo disso, temos as *drag queens* e os *drag kings*, que utilizam o gênero como um tipo de performatividade e expressão artística. Não necessariamente são homens que “se vestem de mulher” ou mulheres que “se vestem de homem”, tudo é fluido e não há rigidez em tal performance. Contudo, o uso exagerado da maquiagem e o excesso de comportamentos ditos femininos em tais interpretações, principalmente nas *drag queens*, pode denotar uma crítica à feminilidade compulsória a que as mulheres são submetidas. Segundo Cyfer (2015):

A *drag* perturba a coerência do sujeito ‘mulher’ ou ‘homem’ porque confunde comportamentos associados ao masculino e ao feminino em uma mesma performance. Quando um corpo biologicamente identificado como masculino cumpre as normas sociais da feminilidade, a expectativa de coerência entre a dimensão prescritiva da identidade de gênero e sua realização é frustrada. Essa é uma performance que abala a certeza de que a feminilidade é um atributo natural de corpos anatomicamente femininos (p. 47).

Ou simplesmente são formas de representar, já que esse tipo de expressão está igualmente submetido à subjetividade de quem se apropria dela. Não há rigidez, como afirmado anteriormente. Nesse caso, performatizar seria uma forma de fazer gênero, indicando que o gênero não é da ordem do ser, não é estático nem previamente dado (RODRIGUES, 2015).

No entanto, a autora questiona o caráter imutável do sexo, afirmando que, talvez, ele também seja tão culturalmente construído como o gênero é; talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de forma que a distinção entre sexo e gênero seja nenhuma (BUTLER, 2017). Ou seja, o sexo não é natural, é também discursivo e cultural como o gênero, como afirma Rodrigues (2005). Porém, “tratar o histórico como natural é sempre estratégia do poder” (TIBURI, 2016, p. 10).

Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura. (BUTLER, 2017, p. 27).

Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere um determinismo de significados do próprio gênero, inscrito em corpos diferenciados anatomicamente, sendo esses corpos entendidos como recipientes passivos de uma lei cultural rigorosa (BUTLER, 2017). Quando

a cultura normativa que determina o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, temos a ideia de que o gênero é tão determinado e fixo quanto na concepção de que a biologia é o destino, porém, nesse caso, a cultura se torna o destino, não a biologia (BUTLER, 2017).

Partindo da célebre frase de Beauvoir (2016b, p. 11), “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, Butler (2017) aponta que, para a autora francesa, o gênero é uma construção, mas há algo maior implicado em sua formação, um agente que, de algum modo, se apropria desse gênero, podendo, a princípio, assumir algum outro.

Não há nada em sua explicação que garanta que o ‘ser’ que se torna mulher seja necessariamente fêmea. Se, como afirma ela, ‘o corpo é uma situação’, não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva. Sem dúvida, será sempre apresentado, por definição, como tendo sido gênero desde o começo (BUTLER, 2017, p. 29).

Quando Butler afirma que o ser que se torna mulher não é necessariamente fêmea, nos remetemos aos casos de transgeneridade que tanto causam polêmicas atualmente. Segundo Jesus (2012), tais pessoas não se identificam com o gênero dado a elas quando do seu nascimento (se nasce fêmea, logo é mulher; se nasce macho, logo é homem), não se identificam com a cisgeneridade imposta a elas por meio de discursos de poder, os quais podem estar enraizados na lei, no estado, na religião, na educação, na família, na saúde, no capitalismo, entre outros. São a esses tipos de corpos abjetos que Butler se refere, por exemplo.

Nesse caso, Butler (2017) afirma que o corpo se apresenta como algo passivo sobre o qual se perpetuam significados culturais, ou como um instrumento pelo qual uma vontade de apropriação ou interpretação estabelece o significado cultural por si mesma, e se o sexo ou gênero são fixos ou livres, é papel de um discurso que procura estabelecer certos limites à análise ou preservar certos dogmas do humanismo como um pressuposto de qualquer análise do gênero. Dessa forma, os limites discursivos do gênero pressupõem e definem possibilidades de configurações imagináveis e realizáveis desse gênero na cultura (BUTLER, 2017). Assim, afirma Butler (2017):

Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero (p. 30-31).

Então, diante do exposto, Louro (2016) afirma que, para Butler, o gênero é uma contínua estilização do corpo, um conjunto de atos repetidos por um quadro regulatório altamente rígido que se cristaliza ao longo do tempo para produzir uma aparência de uma maneira natural de ser. O gênero nunca foi natural, nem mesmo o sexo. A partir de Beauvoir, pudemos ter uma ideia de que havia (e ainda há) papéis de gênero estabelecidos para homens e mulheres, mas essa discussão estava sempre em conformidade com uma binaridade homem/mulher.

Já em Butler (2017), pudemos entender que existem sistemas de poder que ditam o sexo e o gênero, existem práticas excludentes e reguladoras que naturalizam a binaridade homem/mulher e estabelecem como não naturais os corpos que não estão de acordo com tal conceito, e, apoiado em discursos de poder massivamente repetidos, a normatividade do gênero se estabeleceu. Não é o sexo que determina o gênero, ser mulher não é uma realidade biológica, mas uma realidade ontológica pré-determinada pelas normatividades. Além disso, as fêmeas humanas não necessariamente se tornam mulheres, nem os machos humanos necessariamente se tornam homens.

Não há como deixar de discutir aqui, também, mesmo que não profundamente, a heterossexualização do desejo que, segundo Butler, também faz parte das manobras dos sistemas de poder de controlar as vidas dos sujeitos. Essa tal verdade do sexo a que a autora se refere em seus estudos é produzida pelas práticas reguladoras que criam identidades coerentes mediante normas de gênero coerentes (BUTLER, 2017).

A heterossexualização do desejo institui a produção de oposições entre o “feminino” e o “masculino”, os quais são compreendidos como expressões de “macho” e de “fêmea” (BUTLER, 2017, p. 44), ou seja, os sistemas de poder afirmam que o ser que nasce macho é um homem, logo ele é heterossexual e sente desejo por mulheres, que são igualmente fêmeas e heterossexuais. A existência dos sujeitos nos quais as práticas do desejo não decorrem nem do sexo nem do gênero (*gays*, lésbicas, bissexuais, pansexuais, assexuais) se torna, do mesmo modo que os sujeitos transgêneros, abjeta.

Essa heterossexualidade institucional exige e produz, a um só tempo, a univocidade de cada um dos termos marcados pelo gênero no interior do sistema de gênero binário oposicional. Essa concepção do gênero não só pressupõe uma relação causal entre sexo, gênero e desejo, mas sugere igualmente que o desejo reflete ou exprime o gênero, e que o gênero reflete ou exprime o desejo (BUTLER, 2017, p. 52).

Dessa forma, a obrigatoriedade de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada impõe e controla o gênero como uma relação de binarismo em que o masculino se diferencia do feminino, sendo essa diferenciação desenvolvida por meio das práticas do desejo heterossexual (BUTLER, 2017).

Assim, a questão do gênero em Beauvoir e Butler é claramente diferente, mas, sem o trabalho de Beauvoir, o de Butler não teria sido possível. A autora francesa iniciou um debate sobre como a diferença sexual funciona como uma estrutura hierárquica nas relações sociais, em que papéis de gênero determinam funções, sentimentos, formas de vida e capacidades para homens e mulheres (RODRIGUES, 2015). Já Butler argumenta que a dualidade sexo/gênero submete corpos a normas que determinam quem pode ou não se tornar sujeito e atormenta certos grupos considerados abjetos, por não serem reconhecíveis dentro da norma, sendo que a heteronormatividade também está inserida no debate sobre as questões de gênero (RODRIGUES, 2015).

Então, a diferença entre sexo e gênero não seria mais o caminho nos feminismos, mas o respeito aos corpos cuja liberdade depende de serem livres do discurso que os constitui ou de, simplesmente, poderem existir em um mundo que os nega por um discurso que não é uma fala qualquer (TIBURI, 2016). Para Tiburi (2016), o feminismo de Butler é a defesa de uma descon-

trução de todo tipo de identidade de gênero que oprime as singularidades humanas que não se encaixam na norma, é um feminismo que defende, além das mulheres, todos aqueles que não se conformam com a natureza fixa do corpo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o que foi exposto nesta pesquisa, não existe apenas um feminismo, pois não existe um sujeito feminista que se encontra em conformidade com as muitas mulheres existentes no mundo. Por essa razão, é de fundamental importância o uso do termo *feminismos*, tendo a finalidade de contemplar todas as formas de ser mulher: mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres trabalhadoras, mulheres brancas, mulheres religiosas, mulheres trans, mulheres lésbicas, mulheres bissexuais, mulheres latinas, mulheres africanas, entre outras várias mulheres que lutam por sua existência em uma sociedade ainda patriarcal.

Mesmo após as contribuições de Beauvoir, as mulheres continuam sendo tratadas como o Outro. Muitas formas de violência, antigas e novas (estupro, violência doméstica, violência simbólica, violência psicológica, violência patrimonial, *mansplaining*, *gaslighting*, *maninterrupting*, *bropropriating*, etc.), se desenvolveram para que nossa singularidade não tivesse importância ou dignidade e para que nos colocassem em um lugar de objeto a ser usado e abusado. A criação da feminilidade como comportamento normativo para as mulheres se mostrou mais um mecanismo de controle, não que esse aspecto tenha que ser proibido, o que defendemos aqui é a fluidez e o consentimento.

Apesar de os feminismos terem sido criados por mulheres e para mulheres, a tendência de todas as coisas sempre foi evoluir com o passar dos tempos. A primeira onda do movimento, como a segunda e a terceira, teve sua importância no cenário mundial, mas devemos dar espaço às outras configurações do que é ser mulher, igualmente do que é ser homem, nos vários âmbitos do que isso possa significar. Temos que pensar no lugar de todos aqueles corpos que não se encaixam no padrão do homem branco cisgênero heterossexual, pois, assim como as mulheres, esses corpos também são considerados abjetos e marcados por um sistema que decide quem merece viver e quem merece morrer. E, apesar de tudo, resistimos.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: Fatos e mitos*. 3. ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: A experiência vivida*. 3. ed. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.
- BIBLIOTECA Prof. Paulo de Carvalho Mattos. *Tipos de Revisão de Literatura*. Faculdade de Ciências Agrônomicas – UNESP. Campus do Botucatu, Botucatu, 2015. Disponível em: <<https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2019.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*, 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.



CYFER, I. Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e “a questão do sujeito” na teoria crítica feminista. São Paulo, *Lua Nova*, n. 94, p. 41-79, Abr 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452015000100003&lng=en&nrm=iso>.

GIL, A. C. (2009). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a ed.). São Paulo: Atlas.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. *Pequeno dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1a ed. São Paulo: Moderna, 2015.

JESUS, J. G. de. *Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e termos*. Brasília: EDA/FBN, 2012.

KEHL, M. R. *Deslocamentos do feminino: A mulher freudiana na passagem para a modernidade*. 2a ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

LOURO, G. L. Uma sequência de atos. *Revista Cult*, n. 6, volume único, p. 12-15, Jan 2016.

MINAYO, M. C. S. (Org.) (2001). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (18a ed.). Petrópolis: Vozes. Recuperado de <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>

RAUPP, F. M., & BEUREN, I. M. (2006). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. In: _____. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática*. São Paulo: Atlas.

RIBEIRO, D. Para além da biologia: Beauvoir e a refutação do sexismo biológico. *Sapere Aude-Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 506-509, 2013.

RIBEIRO, D. Figurações do outro. *Revista Cult*, volume único, n. 207, p. 18-20, Nov 2015.

RODRIGUES, C. Butler e a desconstrução do gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 179-183, Abr de 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2005000100012&lng=en&nrm=iso>.

RODRIGUES, C. Tornar-se mulher, devir feminista. *Revista Cult*, volume único, n. 207, p. 16-17, Nov 2015.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta paul. enferm.*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, Junho de 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

TIBURI, M. Judith Butler: Feminismo como provocação. *Revista Cult*, volume único, n. 6, p. 8-11, Jan 2016.